

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG**  
**PEDAGOGIA**  
**BIANCA CRISTINA DONATO DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS E AFETIVIDADE**

**Varginha**  
**2017**

**BIANCA CRISTINA DONATO DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDOME DE DOWN: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS E AFETIVIDADE**

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Unis/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves

**Varginha**

**2017**

**BIANCA CRISTINA DONATO DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDOME DE DOWN: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS E AFEETIVIDADE**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovado em: 18/05/2017

---

Prof. Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves

---

Prof. Esp. Mônica Ribeiro Ramos

OBS.:

Dedico este trabalho a Deus que me capacitou e me deu condições de concluí-lo e a meu esposo e meus filhos que sempre me apoiaram para prosseguir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que me capacitou a cada momento e não me deixou desistir, pela fé e coragem que ele me deu. Agradeço a minha família e amigos pela confiança e esforços investidos. Ao Márcio, por ter estado presente em tantos momentos. Ao Matheus e ao Davi, que sempre estiveram do meu lado me dando força e carinho. E a minha querida orientadora Professora Ma. Maria de Fátima Monnerat, que, sem hesitar, me acolheu com amor.

“Bendiga ao Senhor a minha alma! Não se esqueça de nenhum de seus benefícios!”  
(Salmo 103:2)

## RESUMO

Este trabalho aborda a inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola, a influência da afetividade e as práticas pedagógicas. Tal abordagem se justifica para entender que a afetividade na relação professor aluno é um dos importantes fatores a ser analisado pelos educadores diante de uma educação inclusiva e de como se trabalha as práticas pedagógicas no âmbito escolar. A princípio, essas práticas partem do conhecimento prévio do aluno para auxiliar na construção de conhecimentos, facilitando a compreensão na comunicação com o mundo que o cerca. O objetivo desta pesquisa bibliográfica é analisar de que maneira os alunos com Síndrome de Down são incluídos no contexto político-social, na sala de aula e como as informações sobre a genética dessa pessoa pode facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem. O relacionamento afetivo estabelecido com os alunos é que irá impulsionar uma aprendizagem significativa e será o combustível para o desenvolvimento da aprendizagem. O contexto escolar deve ser alinhado às possibilidades da criança, de possíveis mudanças, de limites e adaptações. Faz-se necessário muito planejamento, preparação do professor, recursos e materiais de apoio para facilitar e promover interações que favoreçam a aprendizagem desses alunos, para que tenham autonomia no seu dia a dia. Acredita-se que por meio de um currículo significativo com novas ideias os educadores irão contribuir para o desenvolvimento global desses alunos fazendo a diferença em suas vidas, permitindo que eles tenham um lugar melhor no mundo.

**Palavras-chave:** Inclusão. Práticas pedagógicas. Afetividade.

## **ABSTRACT**

*This paper approaches the inclusion of children with Down Syndrome in school, the influence of affection, and the pedagogical practices. Such an approach is justified to understand that the affection in the teacher student relationship is one of the important factors to be analyzed by the educators, up to an inclusive education, and how the pedagogical practices are worked in the scholar ambit. At first, these practices start with the students' previous knowledge about the world around them. The objective of this bibliographic research is to analyze in which way the students with Down Syndrome are included in the political-social context, in the classroom, and how some information about these people's genetic can facilitate or hinder the learning process. The affective relationship established with the students is what will boost a meaningful learning, and will be the fuel to the development of the learning. The scholar context must be aligned to the children's possibilities of changes, limits, and adaptations. It is necessary so much planning, teacher prepping, resources, and support materials to facilitate, and promote interactions that favor these students' learning, so that they have autonomy in their daily life. It is believed that by a meaningful curriculum, with new ideas, the educators will contribute to the global development of these students, making the difference in their life, allowing that they have a better place in the world.*

**Key-words:** *Inclusion. Pedagogical practices. Affection.*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>Alguns Momentos Históricos da Educação Especial.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>A inclusão e o desenvolvimento psicológico.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>SÍNDROME DE DOWN.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>A influência da afetividade sobre a aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>PRÁTICAS EM SALA DE AULA.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1</b>	<b>Assimilação dos conteúdos.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é um conjunto de sintomas e sinais que caracterizam um quadro clínico de atraso e desenvolvimento, que foi descrita como alteração genética que impõe múltiplos desafios, caracterizada pela trissomia cromossômica do par 21. Os portadores da Síndrome de Down podem apresentar déficit cognitivo que, de modo geral, pode variar de leve a severo.

Acredita-se que um trabalho de estimulação, tomando como pressuposto de que a linguagem, para a criança com Síndrome de Down é essencial, poderá estabelecer essa interação, que tem como maior aliada sua inclusão.

Este trabalho tem por objetivo analisar como acontece a construção e o desenvolvimento do aluno portador de síndrome de Down, tendo em vista que a Educação Inclusiva não se trata apenas da integração de alunos com necessidades educacionais especiais as escolas comuns. Trata-se de permitir participação plena desses alunos na vida escolar e social da comunidade.

Acredita-se que a educação interioriza todos estes saberes e confirma o seu real objetivo, que é a integração de todo ser humano e desenvolvimento de sua competência intelectual, social, emocional e física para formação da cidadania e, conseqüentemente, sua autonomia.

Há uma aposta que o olhar do professor guiará o desenvolvimento desta criança com Síndrome de Down, sua postura frente ao que lhe é estranho, desconhecido, permitirá unicamente que haja ou não a inclusão, dependendo de como o educador percebe a diferença do outro.

Após a introdução, o capítulo um abordará a educação inclusiva, com alguns momentos históricos da inclusão. De acordo com a constituição Federal de 1988, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, 2008,p.10).

Em seguida, o próximo capítulo abordará a Síndrome de Down, suas causas genéticas, e a compreensão de que não é uma doença congênita, mas que trata-se de um acidente ocorrido com um cromossomo do indivíduo e a necessidade de compreender o mundo que o cerca, para viver com dignidade, desenvolver suas capacidades e comunicar-se com os demais

Por fim, o último capítulo aborda as práticas pedagógicas e a influência da afetividade, utilizando essas práticas pedagógicas, como transformação da realidade numa educação capaz de reconhecer as diferenças, promover aprendizagem e atender às necessidades de cada criança individualmente. Implica em movimento mais profundo, que envolve elementos da ordem da subjetividade e dos relacionamentos interpessoais. Ela diz respeito não apenas aos conteúdos e métodos de ensino, mas também, aos afetos, a visão de mundo e de homem, dos sujeitos que interagem nesse espaço.

A aceitação e a abertura ao outro como ser incompleto, dotado de sentimentos e potencialidades, pode servir de elemento facilitador da aprendizagem e aponta para uma mudança atitudinal, que extrapola a simples inovação educacional, dar-se a inclusão.

A partir da estranheza, gerada no encontro com a diferença, consegue-se adentrar num movimento de busca que envolve a descoberta de si e do outro, como seres inacabados e incompletos, com limitações e possibilidades. Dentro desse contexto é que as atividades e práticas pedagógicas irão contribuir para seu desenvolvimento global, dentro de um contexto social, não somente como aluno, mas como cidadão crítico, autônomo, responsável, podendo contribuir consigo mesmo e com o ambiente que o cerca, mesmo possuindo suas limitações. viver juntos; com o desenvolvimento da compreensão ante o outro e a percepção de formas de interdependência, respeitando os valores das diversidades e a compreensão mútua e o descobrimento do outro.

Pretende-se atingir os objetivos dessa pesquisa mediante pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica diz respeito ao levantamento de bibliografia publicada. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo, pretende-se abordar a educação inclusiva no Brasil, que visa inserir crianças com necessidades educacionais na escola regular e fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, que garante a todos o direito a igualdade e traz, como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3º, inciso IV). Esse aluno deve ser inserido na rede regular de ensino independente de sua classe social, raça, sexo, cor, sem qualquer tipo de discriminação, pois o artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como “um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208)”.

Quando se fala em inclusão, esta deve atender as especificidades de todos com atividades que sejam elaboradas, para que favoreçam de maneira significativa a aprendizagem e que seja um ambiente onde tenham relacionamento com os colegas na turma onde estão inseridos e possam levar essa aprendizagem em sua vida, sabemos que as crianças com síndrome de Down são pessoas que fazem parte da sociedade, e assim como as outras, têm sentimentos, sonhos, desejos e podem ter acesso a um emprego quando adultos, se bem inseridos nesse contexto social como profissionais capacitados.

Segundo Márcia Sá “a ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades independentemente das peculiaridades de cada indivíduo no grupo social”. (MENDES, 2002 apud SÁ, 2009, p. 99).

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em escolas regulares, com objetivo de formar sujeitos, faz-se necessário estabelecer a total eficácia dos pilares que se firmam a educação, diante do processo – ensino – aprendizagem na educação inclusiva.

O foco para que a educação inclusiva aconteça verdadeiramente, e não se limite apenas na integração do aluno com necessidade educacional especial em uma escola regular e a quebra de velhos paradigmas, a eliminação de estereótipos, preconceitos arraigados e o sério comprometimento do professor de proporcionar uma educação de qualidade ajustada às características de todos os alunos, da escola, enquanto instituição que cria um clima de receptividade, flexibilidade e sensibilidade a qualquer aluno que seja escolarizado nela.

## 2.1 Alguns Momentos Históricos da Educação Especial

A educação inclusiva iniciou-se no Brasil em 1854, no período imperial, com Dr José Álvares de Azevedo que criou o Imperial Instituto dos meninos cegos. Em 1891, a escola passou a ser conhecida pelo nome de Instituto Benjamin Constant, e com o surgimento das primeiras entidades privadas, marcou-se mais um fator na história do Brasil. (BRASIL, 2010)

Surgiu então na cidade de Canoas-RS, em 1926, o Instituto Pestalozzi. Recebeu esse nome em homenagem ao pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi. “No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental” (2008, p. 10). Entretanto, “em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, (BRASIL, 2010) e foi com a chegada da educadora e psicóloga russa, Helena Antipoff, que ele despontou na cidade de Belo Horizonte, onde, em 1948, houve uma substituição pelo termo “excepcional” e não mais “retardado ou deficiente mental”. Helena Antipoff começa, então, a expandir esse trabalho no Brasil criando a Sociedade Pestalozzi na cidade do Rio de Janeiro, em 1952, e na cidade de São Paulo, fundando o movimento pestalozziano.(BRASIL,2010)

Estas foram as primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência. “[...]em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE”. Com a criação da APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, na cidade do Rio de Janeiro, pela americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual, o trabalho se expandiu pelo Brasil e no ano de 1962 já havia 16 APAE e 12 na cidade de São Paulo, onde aconteceu o 1º Encontro Nacional de Dirigentes Apaeanos que eram coordenados por médicos teve como missão prestar serviços de assistência social no que se diz respeito à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadoras de deficiência e síndrome de Down.(BRASIL, 2010)

“Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos ‘excepcionais’ à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino” (2008, p. 10). Entende-se que a LDB previa que a educação dos excepcionais acontecesse na comunidade e pretendia integrar o aluno no processo educacional, mediante bolsas de estudos.

O MEC cria em 1973 o centro Nacional de Educação Especial, responsável por gerenciar a educação especial no Brasil, que era totalmente voltada às pessoas com

deficiência e com superdotação, pois esses alunos, mesmo tendo acesso a escolas de ensino regular, necessitam de um atendimento especializado dentro de suas singularidades de aprendizagem.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. (2008, p.10)

A educação especial na rede pública de ensino passa a ser ofertada gratuita e obrigatório para pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. A inclusão social é um processo que contribui para a construção e elaboração de um novo tipo de sociedade por meio da transformação em todos os ambientes físicos, sendo garantida pela Constituição Federal de 1988 e traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3º, inciso IV). Esse aluno deve ser inserido na rede regular de ensino independente de sua classe social, raça, sexo, cor, sem qualquer tipo discriminação, pois o artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como “um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208)”.

Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), que determinou o fim do preconceito na educação, lembrando que educação é um direito de todos e de importância fundamental para o desenvolvimento da sociedade favorecendo o progresso social, e aponta princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança.

“Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva” (2008, p. 10), Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia na cidade de Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmando o compromisso para com a educação, ampliando o conceito de necessidades educacionais especiais, ampliou o conceito das necessidades educacionais, beneficiando e incluindo crianças, tanto as portadoras de deficiências, quanto as que estavam com dificuldades temporárias, permitindo que elas continuassem na escola

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, de 1994, em Salamanca impulsionou a Educação Inclusiva em todo o mundo, objetivos maiores e

princípios norteadores ao reconhecimento das diferenças, o atendimento as necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem.

Em 1996, cria-se a Lei nº9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que vem assegurar aos alunos, dentro do currículo, os métodos, recursos e organização que sejam específicas para assegurar que sejam atendidos dentro das normas da educação básica, possibilitando que obtenham avanços e oportunidades educacionais apropriadas, baseando nos princípios da Declaração de Salamanca, para tornem possíveis mudanças sociais de uma escola inclusiva que ofereça educação preferencialmente na rede regular, contendo serviços de apoio especializado para atender as diversas peculiaridades dos alunos. A partir desse documento, passa-se a matricular os alunos deficientes nas classes comuns e iniciou uma série de discussões sobre o assunto e começa a reconhecer que a integração entre “normais” e “deficientes” permitirá a convivências com as diferenças e oportunidade de desenvolvimento.

O Decreto nº3.298/99 regulamenta a Política Nacional amparando a integração de pessoas portadoras de deficiência e estabelecendo que a oferta deverá ser obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos, reafirmando a educação especial para promover o desenvolvimento e potencialidades de pessoas com necessidades especiais.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. (2008, p. 11)

No ano de 2001, é promulgada a Convenção Interamericana da Guatemala para que sejam eliminadas todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, sendo discriminada toda diferenciação, e exclusão, que possam impedir ou anular seus direitos humanos e sua liberdade, com um único objetivo de promover igualdade, permitindo o respeito e convivência com os portadores de deficiência.

No ano de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior em sua organização curricular, proporcione formação dos docentes voltadas especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para tal, são necessárias mudanças e adaptações, como também recursos e materiais de apoio, para facilitar e promover intervenções que favoreçam e garantam essa inclusão, sendo assim as escolas devem matricular todos os alunos, sendo de sua responsabilidade se organizar para o atendimento.

Em 2006 a ONU realizou a Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência, no qual o Brasil é signatário, que vem assegurar que a educação inclusiva deve acontecer em todos os níveis de ensino, garantidas pelos Estados em ambientes que proporcione desenvolvimento acadêmico e social para que haja inclusão de pessoas com deficiência e as mesmas não sejam excluídas do ensino fundamental e tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo com qualidade e igualdade em comunidades social.

## **2.2 A inclusão e o desenvolvimento psicológico**

Segundo Palacios (2004), a inclusão nas escolas não se baseia apenas no esforço individual dos docentes ou em atividades da comunidade em si, uma orientação política em prol da inclusão já contribui de forma significativa para que as escolas se situem a essa posição. Uma escola que elenca suas prioridades, os seus objetivos ficam mais simples de serem transmitidos posteriormente em sala de aula.

A convivência representa a possibilidade de uma compreensão maior sobre a realidade dos alunos. A experiência de trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais contribue para que professores revejam seus conceitos e posturas, auxilia na formação de atitudes positivas de reconhecimento e valorização das diferenças, bem como a ressignificação da própria experiência de coexistência.

Nessa relação de aproximação professor/aluno viabilizam-se condições para o desenvolvimento afetivo. A afetividade representa a síntese dos sentimentos, interesses, desejos, valores e emoções dos indivíduos, sendo assim, um elemento relevante na vida de cada um.

Sabe-se que o ser humano, em sua plenitude, compreende-se no mais variado sentido: físico, psicológico, sexual, artístico, intelectual, moral, espiritual e religioso. Daí a sua heterogeneidade quando se fala das emoções, dos sentimentos, da afetividade.

Os sentimentos que permeiam nossos relacionamentos se dividem em dois: os positivos e os negativos. É através deles que os seres humanos constroem “estoques de recursos”, ou seja, ações de defesas para resolução de problemas que serão utilizados em momentos de dificuldades.

Para as crianças com algum tipo de deficiência “não é fácil realizar todas essas tarefas quando a educação não pode restringir-se aos alunos com maiores problemas de aprendizagem, mas deve estender-se a todos alunos da turma” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 47).

Para que a inclusão aconteça é necessário “[...] preparação dos professores, mais recursos e material de apoio, flexibilidade organizacional e melhores condições de ensino [...]” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 47).

As relações estabelecidas entre adultos e crianças, e até mesmo entre as próprias crianças, fazem com que elas se tornem capazes de agir, com direito de se expressar nas múltiplas linguagens e saber lidar com as situações cotidianas. Elas reconhecem o mundo ao seu redor e se encantam com gestos, palavras, descobertas das pessoas com quem convive. Se a relação que o professor estabelece com seus alunos é afetiva e interativa, desenvolve-se uma confiança mútua favorecendo a construção de aprendizagens e conhecimentos importantes nessa fase.

A inclusão de crianças com Síndrome de Down beneficia tanto a criança incluída como as crianças que estudam na escola regular, ditas normais, desenvolvendo bons relacionamentos

A transição do primeiro segmento para o segundo segmento do ensino fundamental pode ser difícil para vários alunos, quer tenham ou não síndrome de Down. Uma atitude positiva por parte da escola que recebe o aluno é essencial. Além disso, um plano de transição bem preparado precisa ser elaborado para que a trajetória escolar do aluno seja o mais tranquila possível para ele, seus pais e a equipe de educadores. (INCLUSÃO, 2013, p. 1)

Em vez de apenas reconhecer que estas características são comuns em crianças com síndrome de Down, podemos desenvolver estratégias que as ajudem a aumentar seu tempo de atenção e a ampliar suas capacidades cognitivas. Para isto, vale lembrar que, quanto menos definida e mais informal for a situação, mais difícil será para a criança pequena canalizar a atenção para uma atividade que dure.

### 3 SÍNDROME DE DOWN

Segundo Werneck (1995), síndrome quer dizer conjunto de sinais e sintomas que caracterizam um determinado quadro clínico das funções motoras e mentais. No caso da síndrome de Down, um dos sintomas é a deficiência intelectual, decorrente do inadequado desenvolvimento cerebral. O cérebro do recém-nascido com Síndrome de Down tem o mesmo peso e volume do cérebro de outras crianças, mas cresce e se desenvolve de forma inadequada, ficando com volume e peso menor se comparado ao normal e com diminuição de circunvoluções e números de neurônios, sendo esse o principal fator limitador do pleno desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

Esta síndrome recebeu esse nome em homenagem ao médico britânico que a descobriu, John Langdon Down, que observou os sinais clínicos comuns tais como: deficiência intelectual, hipotonia muscular, protusão da língua, pregas na nuca e epicanto. Pela semelhança com o povo da Mongólia, ele denominou de Mongolóides. Este termo foi considerado uma ofensa racial, sendo retirado em 1960, quando passou a ser denominada Síndrome de Down.

Os inúmeros avanços nos estudos dos cromossomos humanos no século XX possibilitaram ao cientista francês Jerome Lejeune, trinta anos mais tarde, conforme cita Werneck (1995), a descobrir a causa verdadeira Síndrome de Dawn: descobriu que as pessoas com essa síndrome tinham 47 cromossomos agrupados por células ao invés de 46, ele mesmo identificou o cromossomo extra, localizado no par 21. O diagnóstico somente foi estabelecido em 1959, quando ao estudar os cromossomos de nove pessoas com a síndrome verificou que ao invés de terem 46 cromossomos por célula agrupados em 23 pares, tinham 47 cromossomos, um a mais no par de número 21. Posteriores pesquisas documentaram a associação com malformações cardiovasculares, do aparelho respiratório, das vias urinárias, doenças neurológica, hematológicas, imunológicas, da audição, osteoarticulares e da arcada dentária.

Síndrome de Down é então uma alteração genética caracterizada pela trissomia cromossômica do par 21. Por ser considerado um acidente genético, pode ocorrer com qualquer casal, independentemente da idade, embora alguns fatores tenham sido apontados como influenciadores, como idade materna e paterna, a exposição de raios X e disposição para hereditariedade. Atualmente já há exames pré-natais capazes de detectar a presença da síndrome: amniocentese, análise de células colhidas do líquido amniótico, biópsia do viló corial- avaliação do tecido que constitui a placenta e exame de sangue do feto por meio de uma punção no cordão umbilical. (SAMPAIO; FREITAS, 2011, p. 205-206)

Foi descrita como uma alteração genética que se caracteriza pela triplicação do par de cromossomos 21. Esta diferença irá caracterizar os indivíduos tanto na aparência física, fisiológicas como também atraso no desenvolvimento e desempenho intelectual. “Todos nós temos 46 cromossomos, vindo 23 da mãe e 23 pai. Já os que têm síndrome, possuem um a mais, portanto ficam com 47.” (LIMA 2016, p. 28)

A medicina ainda não sabe porque nascem pessoas com trissomia do 21. Sabe-se, entretanto, que com a idade materna acima de 35 anos, é maior a probabilidade de nascer uma criança com síndrome de Down.

Sampaio e Freitas (2011) descrevem as características das pessoas com essa síndrome, entre elas alteração do tônus muscular, pele mais sensível, baixa estatura, mãos pequenas com dedos curtos e grossos, olhos amendoados ‘puxadinhos’ e déficit cognitivo que de modo geral, varia de leve a moderado, raramente severo”.

Os traços comuns são: fissuras palpebrais inclinadas para cima; ausência de reflexo de Mora (abertura dos braços logo que nasce); hipotonia (a criança é muito mole); pescoço curtos; ponte nasal plana; orelha com implantação baixa; boca aberta; língua saliente sulcada; mãos curtas e largas; na mão uma única prega palmar transversal ou transversa; os pés apresentam espaço entre o primeiro dedo e o segundo. (LIMA, 2016, p. 28)

Uma das características da população com síndrome de Down é o denominado “atraso da fala”, implicando ai numa demora maior no processo de desenvolvimento, determinando um ritmo mais lento do que o seguido pela população normal. A identificação adequada desse atraso é de grande importância para o desenvolvimento dessas crianças. Problemas orgânicos tais como, deficiência auditiva, problemas com os órgãos fonoarticulatórios, imaturidade neurológica e até problemas leves de má formação dentária constituem fatores importantes na determinação de atraso no desenvolvimento linguístico dentro da população normal, estes mesmos fatores parecem ter uma influência ampliada para o grupo de crianças com síndrome de Down.

Toda criança com Síndrome de Down terá algum grau de dificuldade para aprender, de leve a severo. Em geral, crianças com Síndrome de Down se desenvolvem mais devagar do que as crianças de sua faixa etária, alcançando as etapas do desenvolvimento mais tarde e ficando nelas por mais tempo. A diferença no desenvolvimento entre crianças com Síndrome de Down e as sem a síndrome aumenta com a idade.

Embora a Síndrome de Down tenha causas genéticas, fatores ambientais têm importância fundamental no desenvolvimento e progresso, assim como acontece com crianças sem a síndrome.

“Foi possível trabalhar a identidade dos alunos com Síndrome de Down a partir das experiências de cada um deles e da forma como cada um deles é visto pela sociedade, bem como foi possível ampliar, para ambos, esta visão equivocada.” (LIMA, 2016, p.38)

A partir da estranheza, gerada no encontro com a diferença, consegue-se adentrar num movimento de busca que envolve a descoberta de si e do outro, como seres inacabados e incompletos, com limitações e possibilidades.

Na educação inclusiva, busca-se o equilíbrio do encontro da emoção de educar e o desafio de aprender a vencer conceitos, preconceitos, estereótipos, discriminações, identidades, diferenças, desrespeito e rótulos. E preciso almejar um novo homem capaz de discutir e posicionar-se sobre sua trajetória histórica de vida em uma unidade plena: mente, coração.

Infelizmente existe o preconceito das pessoas por achar que são crianças incapazes de conviver em nosso meio e de aprender, ou até mesmo achar que é uma doença e que pode ser contagiosa, então é necessário ensiná-lo a aprender viver no mundo que os cerca.

### **3.1 A Influência da afetividade sobre a aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down**

A seriedade que aponta o papel da afetividade no desenvolvimento do ser humano é relevante, porque acredita-se que é através dela que ocorre a compreensão do desenvolvimento dos processos cognitivos da educação e os fatores que implicam na construção dos sujeitos nesse campo.

A afetividade pode ser abordada segundo diferentes perspectivas, dentre outras, a filosófica, a psicológica e a pedagógica. Neste trabalho, a afetividade é abordada na perspectiva pedagógica, ou seja, tendo em vista a relação educativa que se estabelece entre o professor e seus alunos, na sala de aula.

Falar em afetividade não se refere apenas às manifestações de carinho, de toques físicos e incentivos de acordo com a a visão construída por muitos professores.

A afetividade por ser um conceito amplo, integra relações afetivas como a emoção (medo, cólera, alegria, tristeza), a paixão e o sentimento, inerentes ao processo ensino-aprendizagem. A emoção e cognição são dois aspectos inseparáveis no desenvolvimento e se apresentam de forma antagônica e complementar. Na sala de aula, espaço social de convivência diária, é possível perceber movimentos que caracterizam os conflitos eu - outro e que se constituem em oportunidades de questionamentos, reflexão e conscientização, e outros que desgastam a relação entre

professor, aluno e conhecimento. Mas, também, movimentos em que as interações gestadas na relação eu - outro são baseadas na importância do eu e do outro, no comprometimento e no diálogo (PANIZZI, 2004, p. 14 ).

Utiliza-se, eventualmente, os termos emoção, sentimento e afeto como sinônimos. Mas diante de todas as ponderações a respeito da afetividade, nota-se de acordo com a compreensão de vários autores, que essa representa a “síntese dos sentimentos”, interesses, desejos, valores e emoções, fazendo referência às vivências dos indivíduos e às formas de expressão mais complexas, que se desenvolvem por meio da formação social, sendo um elemento de grande importância na vida de cada ser humano.

Pino a descreve a afetividade como ”fenômenos afetivos que referem - se às experiências subjetivas, que revelam a forma como cada sujeito é afetado pelos acontecimentos da vida, ou melhor, pelo sentido que tais acontecimentos têm para ele”. (PINO,1997, p. 128)

[...] repercutem na natureza sensível do ser humano, produzindo nele um elenco de fenômenos afetivos representam a maneira como os acontecimentos reações matizadas que definem seu modo de ser no mundo. Dentre esses acontecimentos, as atitudes e as reações dos seus semelhantes a seu respeito são, sem sombra de dúvida, os mais importantes, imprimindo às relações humanas um tom de dramaticidade. Assim sendo, parece mais adequado entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam [...]. São as relações sociais, com efeito, as que marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações, etc.) um sentido afetivo (Pino, 1997, p. 130-131).

Para Piaget, a afetividade cumpre o papel de fonte de energia para o funcionamento da inteligência. Sem afetividade não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação e conseqüentemente, perguntas ou problemas seriam colocados (apud LEITE; TASSONI, 2002)

Inteligência e afetividade são diferentes em natureza, mas indissociáveis na conduta concreta da criança, o que significa que não há conduta unicamente afetiva, bem como existe conduta unicamente cognitiva; a afetividade interfere constantemente no funcionamento da inteligência, estimulando-o ou perturbando-o, acelerando ou retardando-o; a afetividade não modifica as estruturas da inteligência, sendo somente o elemento energético das condutas. (ARANTES, 2003, p. 57)

Ressalta-se que a afetividade não diz respeito apenas às emoções e aos sentimentos, mas abrange também as tendências e a vontade. Para ele toda conduta visa à adaptação, sendo que o desequilíbrio se traduz por uma impressão afetiva particular.

Para Vygotsky o pensamento é construído através da linguagem, gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções, numa relação de interação. (apud LEITE; TASSONI, 2002).

A atitude e a motivação são as variáveis da afetividade, que sustenta e dirige o esforço para a aprendizagem. Motivação é um impulso, uma emoção ou um desejo interno que direciona uma pessoa para uma determinada ação. Atitude é uma tendência de avaliação, uma simpatia ou antipatia para com algo, alguém ou alguma questão social.

A atitude é, portanto, um componente essencial da motivação e esta é a chave para a aprendizagem.

Para Wallon, o teórico que incorporou o afeto à pedagogia, a afetividade tem o poder de despertar o processo de aprendizagem autônoma da criança, é fundamental na constituição e no funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais. Suas idéias contribuíram muito à educação em repensar o papel do afeto, baseando na hipótese de que o campo emocional deveria ser primário, ao invés de secundário, em preocupações educacionais e negligenciar sua influência distorce nossa compreensão dos processos cognitivos da educação. (apud LEITE; TASSONI, 2002)

Segundo Wallon (apud LEITE; TASSONI, 2002), no decorrer de todo o desenvolvimento do indivíduo, a afetividade tem um papel fundamental. A afetividade tem a função de comunicação nos primeiros meses de vida, manifestando-se, basicamente, através de impulsos emocionais, estabelecendo os primeiros contatos da criança com o mundo.

Deste modo, Wallon estabelece uma distinção entre emoção e afetividade, afirmando que as emoções são manifestações de estados subjetivos, mas com componentes orgânicos, enquanto que a afetividade tem uma concepção mais ampla, envolvendo uma gama maior de manifestações, englobando sentimentos (origem psicológica) e emoções (origem biológica). Da mesma forma, é ainda através da afetividade que o indivíduo acessa o mundo simbólico, originando a atividade cognitiva e possibilitando o seu avanço. São os desejos, as intenções e os motivos que vão mobilizar o aluno na seleção de atividades e objetos.

Para Wallon (apud LEITE; TASSONI, 2002), o conhecimento do mundo objetivo é feito de modo sensível e reflexivo, envolvendo o sentir, o pensar, o sonhar e o imaginar. Logo, se algum desses fatores não estiver presente ou não for estimulado, não haverá construção de conhecimento.

Numa perspectiva teórica fundamentalmente social, a partir de Vygotsky e Wallon, defende-se que a afetividade que se manifesta na relação professor-aluno constitui-se elemento inseparável do processo de construção do conhecimento. Além disso, a qualidade da interação pedagógica vai conferir um sentido afetivo para o objeto de conhecimento, a partir das experiências vividas.

#### 4 PRÁTICAS EM SALA DE AULA

Para compreender melhor as necessidades, vimos que a qualidade do ensino se relaciona com metas de aprendizagem, organização e preparação do corpo docente, instalações adequadas e práticas didáticas, planos pedagógicos que permitam ao aluno tornar-se um ser consciente. É necessário facilitar e promover intervenções que favoreçam e garantam essa inclusão para conhecer o mundo natural e social por meio de atividades exploratórias e lúdicas. Dese-se a sociabilidade, a capacidade de fazer amigos e de organizar-se em grupo, respeitando e sendo respeitado. A capacitação dos professores favorece a aprendizagem dos alunos com síndrome de Down, apoia a educação inclusiva, constroi conhecimentos sobre os fenômenos físicos, químicos e biológicos, relacionando-os às experiências do cotidiano, pois em sala de aula é possível promover interação.

Segundo Lima “Foi possível trabalhar a identidade dos alunos com Síndrome de Down a partir das experiências de cada um deles e da forma como cada um deles é visto pela sociedade, bem como foi possível ampliar, para ambos, esta visão equivocada.” (2016, p. 38). Dessa forma, observamos que existe o preconceito das pessoas em pensar que são crianças incapazes de conviver em nosso meio, de aprender, ou até mesmo acreditar ser uma doença e que pode ser contagiosa, então é necessário ensiná-los a aprender viver no mundo que os cerca.

Por esse motivo Lima afirma que:

O Trabalho, baseado na ideia construtivista, no respeito Mútuo, na troca entre pessoas que foram envolvidas no processo do ensino e da aprendizagem, levou em consideração os conhecimentos prévios de cada um dos alunos, suas características pessoais, culturais e históricas, além de nortear toda uma caminhada na construção de um saber educacional, ora individual, ora coletivo. (LIMA, 2016, p. 12)

É importante ressaltar a importância das práticas pedagógicas em sala de aula para se trabalhar com crianças com Síndrome de Down. Tal prática da característica de cada um no seu particular, envolve atividades pedagógicas que desenvolvam várias áreas para que se estimule o desenvolvimento de cada aluno, desenvolver as capacidades de utilizar a fala e a escuta, de forma cada vez mais competente, em diferentes contextos, ampliando suas possibilidades de interação social. Partindo desse pressuposto, Lima afirma a importância de diagnosticar, “Diagnósticos realizados permitiram mapear dificuldades de cada um em seu particular e auxiliou a montar intervenção pedagógica de forma individual e coletiva” (LIMA,

2016, p. 12). Através do diagnóstico pode se pensar como trabalhar com esse aluno, como se deve ensiná-lo e quais as suas dificuldades e como será a intervenção?

Partindo dessa ideia, Lima adotou uma prática que foi fundamental para auxiliar em seu trabalho em sala de aula:

Na tentativa de ajudar a amenizar esse problema de bater; de estereotípias, e de outros comportamentos, passei a anotar as frequências com que aconteciam os incidentes entre ele, ou algum outro comportamento ou episódio, ou atitudes que julgasse relevante e analisava cada uma para pensar uma possível solução. (LIMA, 2016, p.12).

Essas anotações cotidianas são importantes para que se faça um acompanhamento do desenvolvimento desse aluno e quais evoluções estão acontecendo, sendo também encaminhadas a outros profissionais que o acompanham: “Essas informações ajudaram o neurologista, o fisioterapeuta a fonoaudióloga e os outros da equipe a entender melhor o quadro de cada aluno” (LIMA, 2016, p. 14).

Para ajudar a trabalhar a convivência entre os alunos e ajudar nos problemas cotidianos, deve-se anotar em uma ficha os acontecimentos do dia a dia, os comportamentos e atitudes para auxiliar na hora da intervenção. Dessa forma, “a análise desta ficha de procedimento serviu para melhorar o atendimento individual com os alunos e também em grupo, no que se refere principalmente à questão da agressão física que sofriam entre eles.” (LIMA, 2016, p. 14) Deve-se trabalhar o respeito com o colega, orientar não bater, principalmente quando não compreendido, pode usar o visual trabalhando cartazes para que relacione suas práticas.

Segundo Lima (2016, p. 16), “os combinados foram regras estipuladas em sala de aula pelos alunos em conjunto com a professora, que foram escritos na lousa e depois transcritos para um cartaz que ficou pregado no mural da sala, para que os alunos não esquecessem”. Esses combinados ajudam a manter a disciplina em sala de aula, assim os alunos entendem que é necessário o comportamento positivo a ser imitado através da imagem do cartaz e cria-se uma rotina nas práticas sociais, ensina a trabalhar os dias da semana, os meses do ano as estações com cartazes de calendários, de higiene pessoal e do ambiente em que vivemos.

Lima percebeu também que outra prática importante em sala de aula era: “A chamada na sala era realizada todos os dias no intuito de trabalhar a escrita, a leitura e a oralidade de cada um deles” (LIMA, 2016, p. 18), pois fazia parte da rotina dessas crianças e proporcionava a oportunidade para que se trabalhasse a escrita e oralidade com cada uma das crianças.

Ao analisar que a chamada foi um fator importante para o desenvolvimento das crianças, surgiu a idéia de inserir músicas trabalhando o alfabeto com a letra inicial do nome, o traçado das letras, o som da letra e palavras que começam com a mesma letra. “As músicas cantadas por eles foram várias, envolviam o nome de cada um, com uma forma de guardarem o nome dos colegas e também de se identificarem quando pronunciados os seus nomes” (LIMA, 2016, p. 20). Percebeu-se assim, um resultado satisfatório com momentos de alegria e satisfação dessas crianças em um momento lúdico de aprendizagem que proporciona significado onde todos são envolvidos.

Lima afirma o seguinte: “Quero dizer que essas pessoas são como cada um de nós que não temos deficiência.” (LIMA, p. 27). Apesar da síndrome são pessoas como eu e você, os ditos “normais”, tem sentimentos, desejos, vontades e sonhos.

#### **4.1 Assimilação dos conteúdos**

A criança portadora da Síndrome de Down que está inserida na sala de aula, encontra carinho dos outros alunos e isso é fundamental para seu desenvolvimento, Lima,2016 afirma que uma característica do aluno com Síndrome de Down é a dificuldade na assimilação dos conteúdos. É necessário haver uma elaboração curricular para adaptação desse aluno, explorando livros e materiais diversos, como plástico, tecido, borracha, papel e alfabeto móvel. Deve-se dar oportunidade para escutar, ser chamado pelo próprio nome, pedir, expressar desejos sentimentos e ideias, necessidades e intenções, conversar, fazer e responder perguntas. “Os alunos foram diagnosticados dentro das seguintes áreas que foram trabalhadas ao longo do ano: cognição, socialização, autocuidados, linguagem e desenvolvimento motor. ” (LIMA, 2016, p. 38). Por essa razão é importante conhecer o mundo natural e social por meio de atividades exploratórias e lúdicas. Deve haver o desenvolvimento da sociabilidade, a capacidade de fazer amigos e de organizar-se em grupo, respeitando e sendo respeitado, construindo conhecimentos sobre os fenômenos físicos, químicos e biológicos, relacionando-os às experiências do cotidiano. Ela observou então que: “Na socialização eram exagerados, pois mesmo não conhecendo alguém, iam logo abraçando e beijando. ” (LIMA, 2016, p. 40). É muito comum serem extremamente carinhosos, gostam de afeto e carinho, como abraçar e ser abraçado.

Observou também que: “A linguagem foi outra área que precisou ser trabalhada, pois eles falavam com muita dificuldade e quase não dava para entendê-los” (LIMA, 2016, p. 40). As crianças com Síndrome de Down têm dificuldades na fala, por isso é preciso desenvolver

as capacidades de utilizar a fala e a escuta, de forma cada vez mais competente em diferentes contextos, ampliando suas possibilidades de interação social. Por essa razão elaborou uma avaliação diagnóstica, “o plano de ensino foi pautado em cima de avaliação diagnóstica realizada com os alunos” (LIMA, 2016, p.42).

Partindo dessa avaliação diagnóstica foi possível verificar o que os alunos já sabem, quais conhecimentos eles possuem e, a partir desses saberes, elaborar um plano de aula que será trabalhado e adaptado ao planejamento anual, produzindo em seus alunos a construção do saber mesmo diante de suas dificuldades.

## 5 CONCLUSÃO

O trabalho com crianças portadoras de Síndrome de Down é desafiador ao sistema educacional atual, necessitando de mudanças fundamentais em seus métodos e estruturas, pois a inclusão social é um processo que contribui para a construção e elaboração de um novo tipo de sociedade por meio da transformação em todos os ambientes físicos, na mentalidade das pessoas e dos padrões de comportamento que possuem, sobretudo a síndrome. São necessárias mudanças e adaptações, um planejamento bem elaborado, preparação e dedicação do professor, recursos e material de apoio, a fim de facilitar e promover intervenções que favoreçam e garantam essa educação, para conhecer o mundo natural e social por meio de atividades exploratórias e lúdicas.

Estudos mostram que a maioria dos problemas de dificuldade de aprendizagem pode relacionar-se a problemas afetivos que advêm das dificuldades de comunicação destas crianças, tanto no ambiente familiar como no escolar.

Com crianças portadoras de deficiências educacionais especiais esta realidade torna-se verdadeira devido à dificuldade que a família, a escola, o professor, às vezes, tem para integrá-la na educação regular.

Vencer os preconceitos e aceitar o outro como ser incompleto, dotado de sentimentos e potencialidades, serve de elemento facilitador da aprendizagem.

A partir dos dados aqui expostos, pode-se afirmar que a qualidade das interações que ocorrem em sala de aula, incluindo todas as decisões de ensino assumidas, refere-se a relações afetivas entre professores e alunos, alunos e alunos, alunos e pais, proporcionando diversificadas experiências de aprendizagem significativa, a fim de promover o desenvolvimento dos mesmos.

As relações de mediação feitas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do aluno; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua autoimagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões.

Portanto, para facilitar o entrosamento dos alunos e a criação de um ambiente propício para a aprendizagem, o professor precisa buscar formas de entrosamento afetivo, tendo em vista o momento ou o contexto da aula. Precisa estar mais preparado emocionalmente para lidar com essa geração de seres inquietantes e inquietos. Fazer-se uma referência de conduta,

de ética, de afetividade e de amor por uma profissão. Em um mundo cada vez mais egocêntrico e virtual, pode-se ensinar com afeto e mostrar que com amor e prazer se ensina e também se aprende.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Afetividade na Escola: Alternativas Teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2003.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL, **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2010.
- CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DÍAZ, Félix et al (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 303-312. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educacao-Inclusiva.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**- MEC, Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- EDUCAÇÃO inclusiva: Síndrome de Down nas escolas. **Blog do banana**, não paginado, jul. 2013. Disponível em: <http://www.ricardobanana.com/educacao-inclusiva-sindrome-de-dawn-nas-escola/>. Acesso em: 20 mar. 2016
- INCLUSÃO de alunos com Síndrome de Down no ensino fundamental. **Movimento Down**, não paginado, maio. 2013. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/2013/05/inclusao-de-alunos-com-sindrome-de-down-no-ensino-fundamental/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.p.43 e 44 4. ed.
- LEITE, S.A.S.; TASSONI, E.C.M. **A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor**. 2002. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2009.
- LIMA, Ana Cristina Dias Rocha. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas**. Petrópolis: RJ:Vozes, 2016
- LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e et al. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 3, p. 497-508, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n3/v14n3a11.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PANIZZI, C.A.F.L. A relação afetividade-aprendizagem no cotidiano da sala de aula: enfocando situações de conflito. In: 27ª **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 2004. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/27/gt13/t132.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt13/t132.pdf)>. Acesso em: 21 de janeiro de 2009.

PINO, A. Afetividade e vida de relação. In: **ANAIS DO ENCONTRO SOBRE TEORIA E PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS**. Campinas: 1997, p. 5-24.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. Instituições e modelos de atendimento em Educação Especial. In: OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de et al. **Legislação e políticas públicas em Educação Inclusiva**. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. p. 99-103.

SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

TEIXEIRA, Fernanda Cascaes; KUBO, Olga Mitsue. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p. 75-92, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n1/a07v14n1.pdf>>

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo: um livro sobre pessoas com síndrome de Down**. 4a.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995